

Alexandre Garcia

**“Milhares de médicos trabalharam sob a pressão da política que se intrometeu na medicina. Foram incompreendidos, perseguidos, injuriados, mas se mantiveram fiéis ao juramento ético de buscar tratamento com todos os meios”**

## O médico e o vírus

Nesses últimos 20 meses, nenhum profissional esteve tão perto do coronavírus quanto o médico. Como a semana começou no Dia do Médico, agora é oportunidade de lembrar que foram tempos dramáticos, tempos de provações e de muito aprendizado para essa nobre profissão. Um amigo médico me diz que nunca valeu tanto a pena ser médico em sua inteireza, como nesses meses. Tempos de um vírus novo, com características imprevisíveis, que provocou uma doença nova também imprevisível, a ponto de se suspeitar que nem seja obra da natureza. É um vírus que saiu de um laboratório e, estimulado, abriu-se em variantes de consequências e graus de contágio diferentes.

Desde Hipócrates, o pai da Medicina, se conhece o juramento que os formandos repetem cada ano, de buscar o bem do paciente. O Código de Ética Médica traduz o juramento, estabelecendo que é vedado ao médico causar dano ao paciente, por ação ou omissão. A Declaração de Helsinque, da Associação Médica

Mundial, diz que é dever do médico promover e salvaguardar a saúde de seus pacientes, e detalha os cuidados sobre a pesquisa que envolve seres humanos. Nesses 20 meses, todos os dias foram de experiências, pesquisas e descobertas, ante um novo inimigo, desconhecido e perigoso. Os médicos tiveram que enfrentar esse desafio em meio ao pânico gerado e à emergência da pandemia.

Os mais de 500 mil médicos brasileiros se alistaram voluntários nessa guerra, sem distinção de especialidade. Muitos morreram, outros foram infectados e muitos tiveram perdas na própria família. Como tantos brasileiros, médicos também foram afetados psicológica-

mente, por causa das imensas pressões a que foram submetidos. Mas não esmoreceram, continuaram no front dos hospitais, nas trincheiras das clínicas, experimentando, observando, pesquisando, conferindo sintomas, consequências e, sobretudo, amenizando o sofrimento e salvando vidas.

A estatística informa que quase 21 milhões de infectados se recuperaram. Imagino que haja outro tanto de curados que não foram sequer registrados — e outro imenso grupo de brasileiros que se protegeram sob indicações médicas que impediram maior ação do vírus. Milhares de médicos trabalharam sob a pressão da política que se intrometeu na medicina.

Foram incompreendidos, perseguidos, injuriados, mas se mantiveram fiéis ao juramento ético de buscar tratamento com todos os meios, aos primeiros sinais de uma doença, de comum acordo com o paciente. Esses têm a consciência de que a luta vale a pena, porque certamente salvaram milhões. A esses a nação deve o reconhecimento. Os que mandaram o paciente para casa com dipirona, até que sentisse falta de ar, precisam de bondosa compreensão, porque não encontraram o caminho para se rebelar contra a voz corrente. Os que salvaram milhões de vidas e evitaram sofrimento vão dormir cansados de tudo isso, mas com a consciência tranquila.

Relator da CPI, Renan apresenta, hoje, documento que deve pedir o indiciamento de 73 pessoas e empresas, e atribui a Bolsonaro um rol vários crimes. Minuta divulgada inclui, ainda, ministros, ex-ministros e parlamentares, mas precisa ser aprovada pelos senadores

# Relatório final sob tensão

Edilson Rodrigues/Agência Senado

» LUANA PATRIOLINO  
» TAINÁ ANDRADE  
» RAPHAEL FELICE  
» FABIO GRECCHI

O senador Renan Calheiros (MDB-AL), relator da CPI da Covid, apresenta, hoje, o documento final que resume os dados e depoimentos recolhidos em quase seis meses de trabalhos. O calhamaço tem mais de mil páginas e está dividido em 16 capítulos, sendo 10 relacionados aos fatos investigados pela comissão. Propõe, ainda, 70 indiciamentos, entre eles o de Jair Bolsonaro. Mas, ontem à noite, o G7 decidiu não incluir a acusação de genocídio contra o presidente da República.

A apresentação do senador também terá gosto de vitória política. Afinal, deixou os integrantes do G7 — o grupo de parlamentares que pautou as ações do colegiado — na incômoda condição de serem responsáveis pelo eventual enfraquecimento do teor do relatório.

“É normal ter diferenças, mas a política existe para apagar diferenças e chegar a um denominador comum. O relatório não será nem do relator, nem do vice-presidente, nem do presidente. Não contará individualidade de ninguém. Ele será um relatório da maioria”, afirmou Renan, compartilhando a responsabilidade de melhorar ou piorar o documento.

Ontem, uma minuta do relatório final foi divulgada. O presidente Bolsonaro é enquadrado em vários crimes. “Pela leitura do presente relatório, não há como afastar a responsabilidade do presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, no que diz respeito às ações e omissões relacionadas ao enfrentamento da pandemia do novo coronavírus. Com efeito, o conjunto probatório revelou que o chefe do Executivo Federal teve inúmeras condutas que incrementaram as consequências nefastas da covid-19 em nossa população, o que não pode passar sem a devida fiscalização por parte desta CPI”, diz um trecho do documento (veja no quadro alguns dos 73 citados e a minuta completa no site do Correio).

O documento faz pesada crítica à conduta não apenas de Bolsonaro, mas de figuras do seu go-



Renan conseguiu o que queria: empregar o G7, atribuindo ao grupo o eventual enfraquecimento do documento

verno, além de jogar luz sobre o chamado “gabinete paralelo” que estaria por trás da defesa que o Palácio do Planalto fazia do kit covid — que inclui medicamento sem eficácia comprovada no tratamento da covid-19, como cloroquina, ivermectina e azitromicina. Esse mesmo grupo propunha, ainda, a “imunidade de rebanho” e, segundo a CPI, teria sido o responsável por lançar as desconfianças sobre a vacina contra a covid, que provocaram o atraso na aquisição pelo Ministério da Saúde.

“Diante dos trabalhos realizados por esta comissão, foi possível colher elementos de prova suficientes para comprovar a existência de um gabinete paralelo, composto por médicos, políticos e empresários, que, ao longo dos anos de 2020 e 2021, prestava orientações ao presidente da República sobre o modo como a pandemia da covid-19 deveria ser enfrentada, bem como participava de decisões

sobre políticas públicas, ao arripio das orientações técnicas do Ministério da Saúde, sem ter investidura formal nos cargos públicos responsáveis por essa função”.

Sobre o tratamento precoce, a minuta do relatório mostra a contribuição do Ministério da Saúde pela sua disseminação, uma vez que jamais condenou veementemente a utilização. “No caso brasileiro, a despeito da avalanche de evidências contrárias ao tratamento precoce, o Ministério da Saúde admitiu, talvez um tanto tardiamente, que medicamentos presentes no chamado kit covid não apresentam benefícios clínicos apenas para pacientes hospitalizados, razão pela qual recomendava a sua não utilização. Contudo, sua posição sobre o uso desses fármacos nas fases iniciais da doença ainda não é clara. Isso é o que se depreende das informações encaminhadas pela pasta da Saúde a esta CPI”.

A comissão jogou luz, ainda, em

um esquema de fraudes na compra de medicamentos, que envolvia militares e funcionários do Ministério da Saúde. Alertou, também, para as mortes, em contexto de desídia do governo, de centenas de pessoas, em janeiro passado, no Amazonas, por falta de oxigênio nas unidades hospitalares. E chamou a atenção para uma rede de desinformação, com suposta participação do Palácio do Planalto, que promoveu o kit covid, atacou a vacinação e atuou contrariamente às medidas de isolamento social no auge da pandemia.

A CPI começou a funcionar em 27 de abril. Ao longo de quase seis meses, colheu mais de 50 depoimentos, quebrou 251 sigilos, analisou 9,4 terabytes de documentos e fez mais de 60 reuniões. Se aprovadas, as propostas de indiciamento devem ser encaminhadas ao Ministério Público, à Câmara dos Deputados e até ao Tribunal Penal Internacional, em Haia, na Holanda. A data da votação do relatório final documento está prevista para o dia 26.

### » Alguns dos possíveis citados

#### Presidente

JAIR BOLSONARO

#### Ministros

EDUARDO PAZUELLO — Ex-ministro da Saúde  
MARCELO QUEIROGA — Ministro da Saúde  
ONYX LORENZONI — Ministro do Trabalho e Previdência  
ERNESTO ARAÚJO — Ex-chanceler  
WAGNER ROSÁRIO — Ministro-chefe da Controladoria Geral da União  
WALTER BRAGA NETTO — Ministro da Defesa

#### Ministério da Saúde

ELCIO FRANCO — Ex-secretário-executivo do Ministério da Saúde  
MAYRA PINHEIRO — Secretária de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde  
ROBERTO FERREIRA DIAS — Ex-diretor de logística do Ministério da Saúde

#### Empresários e lobistas

LUIZ PAULO DOMINGUETTI — Representante da Davati no Brasil  
MARCELO BLANCO — Ex-assessor do Departamento de Logística do Ministério da Saúde  
FRANCISCO MAXIMIANO — Sócio da Precisa Medicamentos  
MARCOS TOLENTINO — Suposto sócio oculto da empresa Fib Bank

#### Parlamentares

RICARDO BARROS — Deputado Federal e líder do governo  
FLÁVIO BOLSONARO — Senador  
EDUARDO BOLSONARO — Deputado Federal  
BIA KICIS — Deputada Federal  
CARLA ZAMBELLI — Deputada Federal  
OSMAR TERRA — Deputado Federal  
CARLOS JORDY — Deputado Federal

#### Gabinete Paralelo

NISE YAMAGUCHI — Médica  
ARTHUR WEINTRAUB — Ex-assessor da Presidência da República  
CARLOS WIZARD — Empresário

#### Divulgadores e financiadores

ALLAN DOS SANTOS — Blogueiro  
LUCIANO HANG — Empresário  
OTÁVIO FAKHOURY — Empresário  
BERNARDO KUSTER — Blogueiro  
OSWALDO EUSTÁQUIO — Blogueiro  
LEANDRO RUSCHEL — Blogueiro

#### Gabinete do Ódio

CARLOS BOLSONARO — Vereador da cidade do Rio de Janeiro  
FILIPE G. MARTINS — Assessor Especial para Assuntos Internacionais do Presidente da República  
TÉCIO ARNAUD TOMAZ — Assessor especial da Presidência da República

### » Kit covid: retirada de parecer é raridade

No último dia de sessão, a CPI da Covid ouviu o farmacêutico Elton da Silva Chaves, representante do Conselho Nacional de Secretarias Municipais junto à Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologia (Conitec), do Ministério da Saúde. Ele esteve presente à reunião que retirou de pauta o relatório que condenava o uso do kit covid e afirmou que todos no colegiado foram surpreendidos pela decisão do pneumologista Carlos Carvalho — que elaborava o documento. Elton relatou aos senadores que situações assim são “raras”.

## CONGRESSO

# Falta de votos adia “PEC da Vingança”

» CRISTIANE NOBERTO

Sem acordo com procuradores e sem votos suficientes, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), adiou pela terceira vez a votação da PEC 05/21, a “PEC da Vingança”. A proposta poderá ser debatida na sessão de hoje. Mas, para tornar a tramitação ainda mais acidentada, o relator, deputado Paulo Ma-

galhães (PSD-BA), ainda apresentou o oitavo substitutivo.

Lira afirmou diversas vezes que teria os 318 votos necessários para a aprovação da matéria. “Foi feito um acordo em alguns pontos e, mais importante, o fato de ter acordo ou não, não inviabiliza a votação. Não vamos aceitar versões criadas contra a própria sociedade. A Câmara não deixou de conversar e ouvir ou acatar su-

gestões, mas não são os procuradores que votam no Plenário da Câmara e do Senado”, desafiou. Promotores e parlamentares, porém, afirmam que a maioria da Casa é contra a proposta.

No novo substitutivo apresentado por Magalhães, ele insere a impossibilidade de o Ministério Público apresentar projetos de lei sobre qualquer assunto. Representa dizer, segundo a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), que leis como a Maria da Penha ou as 10 Medidas Contra a Corrupção — originadas pelo MP — estariam inviabilizadas.

Enquanto isso, o Conselho Nacional do Ministério Público (CN-

MP) decidiu, também ontem, referendar a decisão individual do corregedor nacional, Rinaldo Reis Lima, que mandou abrir procedimento administrativo disciplinar para apurar se os 11 procuradores da extinta força-tarefa da Operação Lava-Jato no Rio de Janeiro violaram o sigilo funcional ao divulgarem uma denúncia contra os ex-senadores Romero Jucá e Edison Lobão e o filho dele, Márcio Lobão, no portal do Ministério Público Federal. Foram oito votos a favor, um contrário e outros dois favoráveis à abertura de sindicância. A maioria do colegiado entendeu que há ‘justa causa’ para o aprofundamento do caso.

Ed Alves/CB/D.A Press



Procuradores protestaram contra a tramitação da PEC